



PROFESSORAS LÉSBICAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: saberes docentes como resistência

DOCENTES LESBIANAS EN EDUCACIÓN BÁSICA:

el saber de la enseñanza como resistencia

LESBIAN TEACHERS IN BASIC EDUCATION:

teaching knowledge as resistance

Camila dos Passos Roseno
Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina
camila.roseno@upe.br

Daniela Auad
Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba
auad.daniela@gmail.com

Resumo: O presente artigo resulta de pesquisa de doutorado sobre trajetórias de professoras lésbicas na educação básica e seus saberes docentes como resistência, cujo objetivo foi conhecer como os saberes docentes e a identidade docente podem ser constituídos pelas lesbianidades de professoras da educação básica. Para alcançar esse objetivo, escolhemos a metodologia “Bola de Neve”, que nos permitiu localizar sete professoras lésbicas, atuantes na região Nordeste do Brasil. Utilizamos as narrativas (auto)biográficas como inspiração, para identificar os saberes docentes através das trajetórias de vida, em entrevistas semiestruturadas. No caso específico das trajetórias das entrevistadas, percebidas como coautoras da pesquisa, as professoras lésbicas são protagonistas do estudo por declararem sua orientação sexual nos seus locais de trabalho e, com isso, estabelecerem as lesbianidades como saberes docentes que lhes conferem singular visibilidade. Desse modo, identificamos diversos saberes como estratégias de resistência e os categorizamos. Seja para seguir trabalhando com o mínimo de condições, seja para acolher e proteger estudantes que se encontram vulneráveis, as professoras lésbicas asseguram variados direitos, a partir das suas práticas e de suas orientações sexuais ou identidades de gênero.

Palavras-chave: Educação. Saberes Docentes. Relações de Gênero.

Resumen: Este artículo es el resultado de la investigación doctoral titulada: “Trayectorias de docentes lesbianas en la educación básica: el saber de la enseñanza como resistencia”, cuyo objetivo fue conocer cómo se constituyen los saberes docentes y la identidad docente de las lesbianas docentes de educación básica. Para lograr este objetivo, elegimos la metodología “Bola de Nieve”, que nos permitió ubicar a siete docentes lesbianas, que actúan en la región Nordeste de Brasil, en entrevistas semiestructuradas. Utilizamos también las (auto)biografías como inspiración, para identificar, a través de trayectorias de vida, los saberes docentes, entendiendo estos como resistencias, en el caso específico de las trayectorias de los docentes entrevistados y percibidos como coautores de la investigación. De esta manera, identificamos diferentes tipos de conocimientos y saberes didácticos como estrategias de resistencia y los categorizamos. Las profesoras



lesbianas son protagonistas del estudio porque declaran su orientación sexual en sus lugares de trabajo y, con ello, instauran las lesbianas como saberes didácticos que les otorgan visibilidad. Ya sea para seguir trabajando con condiciones mínimas o para acoger y proteger a estudiantes vulnerables, las profesoras lesbianas garantizan una variedad de derechos, en función de sus prácticas y de sus orientaciones sexuales o identidades de género.

Palabras clave: Educación. Saber de la Enseñanza. Relaciones de Género.

Abstract: This article is the result of the doctoral research entitled: "Trajectories of lesbian teachers in basic education: teaching knowledge as resistance", whose objective was to know how teaching knowledge and teaching identity are constituted by the lesbians of basic education teachers. To achieve this objective, we chose the "Snowball" methodology, which allowed us to locate seven lesbian teachers, who work in the Northeast region of Brazil. We also use the (auto)biographical method as inspiration, to identify, through life trajectories, the teaching knowledge, understanding these as resistance, in the specific case of the trajectories of the interviewed teachers and perceived as co-authors of the research. Semi-structured interviews were carried out with lesbian teachers, the protagonists of the present study, who declared their sexual orientation in their workplaces. In this way, we identified various teaching knowledge as resistance strategies, used by teachers both to continue working with the minimum of conditions and to welcome and protect students who are vulnerable, due to their sexual orientations or gender identities.

Keywords: Education. Teaching Knowledge. Gender.

Introdução

A grande presença de mulheres na profissão docente é reconhecida em variadas pesquisas que serão citadas ao longo do presente artigo, o qual parte do que já se tem acumulado no campo dos Estudos de Gênero e Educação e Gênero, na direção de o ampliar e permitir abordagens tão inéditas quanto urgentes. Com esse movimento teórico, e que também se fundamenta em pesquisa de campo cuidadosa, realizamos, a partir de coleta de dados rigorosa e análise aprofundada, diálogo que contribui para o fortalecimento do debate sobre como a orientação sexual se relaciona com o exercício profissional, os saberes docentes e a formação de professoras. Nesse sentido, será focalizada, em especial, a maneira como as lesbianidades se colocam como saberes docentes que criam condições de resistência ao conjunto de opressões postas para todas as docentes mulheres, incluindo as heterossexuais, bissexuais, transexuais, assim como para toda a categoria docente.

No presente artigo, serão expostas facetas biográficas e bibliográficas da pesquisa, assim como parte dos resultados de pesquisa de campo, sem que sejam trazidas as falas propriamente ditas das docentes entrevistadas. As vozes das protagonistas se encontram amplificadas na tese de doutorado de Camila Roseno, cujo título é Trajetórias de professoras lésbicas na educação básica: saberes docentes como resistência (2022). Trata-se de pesquisa densa da qual este texto é oriundo, citada desde o resumo e que parte das



trajetórias de vida e formação das professoras da Educação Básica. Estas visibilizam suas trajetórias e saberes docentes não apenas no presente texto, mas também no livro *Saberes Docentes Fora do Armário: educação como território de resistência* (Auad; Lahni; Roseno, 2022), que inclui também os conhecimentos situados a partir dos olhares, vozes e corpos de docentes de Ensino Superior, de Universidades do Sistema Federal de Ensino, no Brasil.

O presente artigo representa, portanto, parte de um edifício de pesquisa maior, no qual habitam mulheridades e feminismos, a educação escolar e o movimento social educador, variados níveis e modalidades de ensino. Para o momento, voltamos nosso olhar para os saberes docentes na educação básica, ao entender que os conhecer pode ser uma maneira de atingir os propósitos que almejamos: justiça epistêmica e científica para as mulheres.

Nesse sentido, ainda no que se refere à maioria feminina docente, no Brasil, conforme o Censo Escolar de 2017, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), temos 2,2 milhões de docentes mulheres, o que corresponde a 80% do total, com presença na Educação Básica, da Educação Infantil até o Ensino Médio.

De modo a se relacionar tanto como causa quanto como efeito, vale destacar que, no imaginário das representações sociais constituintes da área de educação, a qualificação docente se reveste de um elemento que naturaliza a profissão docente ao relacioná-la com outros “papéis” e identidades reconhecidos socialmente como femininos e, portanto, contradiitoriamente, se revela um componente desqualificador da categoria docente, pois é exercida por quem majoritariamente ocupa a Educação Básica, a saber: as mulheres. Como conceito que pode ser útil para analisar essa conjuntura, trazemos a tríade mulher-mãe-professora, cuja definição foi delineada em pesquisa sobre relações de gênero e educação, por Daniela Auad (2004), ao investigar a escola mista e de modo a diferenciar esta do conceito de coeducação, tendo sido este conceito também definido por ela na mesma pesquisa doutoral.

A tríade mãe-mulher-professora seria fenômeno relacional a partir das construções de gênero tradicionais, as quais estabelecem uma correspondência de habilidades essenciais e natas à mulher, como se o fato de alguém nascer, sendo identificada como do sexo feminino, a dotasse de capacidades para com o cuidado e educação das crianças. Tal tessitura resultaria na percepção de que mulheres nascem naturalmente mães, cuidadoras e, portanto, educadoras, civilizatórias e professoras, como se as qualificações para todas estas atribuições estivessem contidas no útero, não sendo, portanto, necessária formação específica para professoras, sobretudo no que concerne à Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental.



Esse tipo de construção se relaciona com o que já foi observado por Louro (2004), ao analisar as dinâmicas sociais e relações de poder, tendo como um dos elementos fundamentais a associação do magistério como ocupação “tipicamente feminina”, ligada ao ideal de maternidade, imposto socialmente através das construções sociais sobre os estereótipos de gênero, como a tríade mãe-mulher-professora, acima citada. O controle maior do Estado sobre a profissão docente com a “determinação de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários” (Louro, 2004, p. 377), o que caracteriza, também, a perda de autonomia dessas novas profissionais, igualmente pode se colocar mais facilmente em razão da maioria feminina ser potencialmente percebida como “mais controlável” ou “dócil” diante de ordens superiores. Embora saibamos que não há ilusão maior do que tais pretensões, não deixam de ser elementos “calibradores” de Políticas Educacionais, que podem estar sendo, há séculos, pensadas e implantadas a partir de uma pretensa docilidade feminina que seria encontrada em uma categoria composta majoritariamente por mulheres.

Ao lado disso, é importante evitar uma interpretação de causalidade direta e única que leve a pensar que a perda de autonomia ocorre simplesmente porque as mulheres assumem o magistério; talvez seja mais adequado entender que para tanto se articulam múltiplos fatores (Louro, 2004, p.377). Para a autora, esse processo também colaborou para a precarização da profissão docente, pois, além de o ato de lecionar ser naturalizado, pois entendido como uma extensão da maternidade, segundo também a tríade descrita (Auad, 2004), os salários também se tornaram mais baixos, uma vez que, historicamente, as mulheres docentes não seriam as únicas ou principais provedoras do lar. Isto demonstra, mais uma vez, como os papéis sociais e historicamente construídos através da categoria gênero caracterizam essa profissão e colaboram para noções equivocadas, de modo a invisibilizar inclusive o lugar ocupado pelo trabalho, emprego e renda das mulheres.

Moldura Teórica, Revisão de Literatura e Quadro Conceitual

Em nossos estudos e pesquisas, adotamos como contexto, tanto do nosso quadro conceitual quanto da nossa revisão de literatura, as inspiradoras Donna Haraway (2023), Joan Scott (2005), Sara Ahmed (2022) e bell hooks (2021; 2022). Desse modo, encontramos referências fundamentais e inspiradoras, respectivamente, em “Reinvenção da Natureza: símios, ciborgues e mulheres”, no “O enigma da Igualdade”, ou, ainda, em “Viver uma vida feminista”, assim como em “Tudo sobre o Amor” e “Pertencimento: uma cultura do lugar”.



Com essas autoras – que correspondem ora a uma língua, ora a uma prática, ora a um enlace entre pesquisa, militância e sexualidade – encontramos a defesa de metodologias feministas que tem como ponto em comum a adoção de perspectivas parciais para conhecer o todo, ao assumirem que o conhecimento possível é situado, os saberes ao alcance são localizados, e a Ciência não é neutra, uma vez que se coloca para quem conhece, não raro, como lócus de contestação e esperança.

Dessa maneira, ao invés de simular visões oniscientes ou relativistas, são erigidas outras concepções de objetividade. Com isso, voltamo-nos, como as autoras citadas, a um conhecimento tecido com ressonâncias, e não com dicotomias, com oposições ou com necessidades de obsolescência.

Dito isso, para o presente texto, cumpre relembrar que, a partir dos elementos históricos e conceituais mencionados, as primeiras publicações acadêmicas em torno dessa temática surgiram nos fins da década de 1980 e início dos anos de 1990, advindas, principalmente, dos Estudos sobre as Mulheres, Estudos Feministas, e, posteriormente, dos Estudos de Gênero. As autoras expoentes nessas produções – e que também nos influenciam, inspiram e fundamentam são, dentre outras, Guacira Lopes Louro (1989; 2004); Cristina Bruschini e Tina Amado (1988); Daniela Auad (1998; 2003, 2004), Fúlvia Rosemberg (1992), e suas publicações com Tina Amado (1992) e com Edith Piza e Thereza Montenegro (1990); Marília Pinto de Carvalho (1999) e Cláudia Vianna (1998; 1999; 2013). De diferentes modos, alguns autores, no campo da Educação, também escreveram sobre esse fenômeno, como António Nóvoa (1989) e Michael Apple (1995), dentre outros.

No entanto, apesar de essas autoras e autores pesquisarem relações de gênero, educação e profissão docente, as pesquisas acadêmicas que se destinam a investigar as trajetórias e saberes docentes das professoras lésbicas ainda são poucas e quase inexpressivas em quantidade e impacto na área de Educação. Em razão disso, lidamos como revisão da literatura tanto o que encontramos em nosso Estado da Arte, feito a partir do Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), quanto consideramos fazer parte da nossa literatura de referência obras sobre autoras legítimas em se tratando de Lesbianidades, assim como adotamos como fundamentais obras inscritas no campo das narrativas biográficas e (auto)biográficas, posto que estas correspondem à inspiração metodológica que selecionamos ao dialogar com nossas protagonistas, as professoras lésbicas, tornando-as coautoras.



Ao utilizar como descritores “professoras” e “lésbicas”, encontramos apenas duas teses de doutorado e duas dissertações de mestrado. Ambas as teses foram realizadas em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. São elas: “Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência” (2014), de Patrícia Daniela Maciel, da Universidade Federal de Pelotas; e “Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo: rupturas e construção de visibilidades” (2018), de Tatiana Carvalho de Freitas, da Universidade de São Paulo. A dissertação “Políticas Públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola: notas sobre a cidade de Vitória” (2012) foi escrita por Ariane Celestino Meireles e produzida no interior do mestrado em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo. Além dessas, Arthur Leonardo Costa Novo defendeu, em 2014, a dissertação “O armário na escola: regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays”, no mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Como autoras legítimas e de referência sobre lesbianidades, encontramos o artigo “A epistemologia do armário”, da pesquisadora norte-americana, teórica dos estudos de gênero, teoria *queer* e teoria crítica, Eve Sedgwick. A autora descreve o armário como a maior “estrutura definidora da opressão gay no século XX” (2007, p. 26), pois ele é a representação do sigilo de orientações sexuais não heterossexuais, e, ao mesmo tempo, o silenciamento e invisibilidade de tais existências. Assim sendo, a partir das teorizações feitas por Eve Sedgwick e das análises das entrevistas realizadas, nós verificamos, a partir das narrativas de nosso campo, a existência de duas formas de armário. Desdobramos nossa leitura da autora e das análises de campo na criação de dois conceitos, sendo eles: o “armário exposto” e o “armário imposto”. Tais conceitos são detalhados na tese da qual o presente artigo se origina, sendo outros conceitos também incorporados e desdobrados em nossa pesquisa, como a apresentação de definições de lesbianidades, resistência e trajetórias de vida. Definir como tais conceitos são utilizados no presente artigo também se coloca como convite à leitura da tese e de outras publicações vindouras, que serão divulgadas para fazer circular a voz das docentes e o conhecimento produzido a partir das nossas vozes unidas, como lésbicas docentes e pesquisadoras.

O conceito de lesbianidades é por nós compreendido partindo de uma tripla operação que foi explorada pelas pensadoras lésbicas feministas Adrienne Rich (2010) e Monique Wittig (2022), feminista materialista francesa radicada nos Estados Unidos, consideradas exponentes do pensamento lésbico, a partir dos anos de 1980. A autora que aborda a integração desses pensamentos é outra importante teórica contemporânea do feminismo lésbico, a socióloga francesa Jules Falquet, no artigo “Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições



da lesbianidade como movimento social e teoria política” (2012). Vale notar que Falquet também utiliza da expressão lesbianismo para se referir ao movimento social de mulheres lésbicas, embora na militância brasileira tal termo, com o sufixo “ismo”, tenha caído em desuso, motivo pelo qual preferimos utilizar a palavra lesbianidades, que retira as mulheres de algo que pode ser percebido como patológico e amplia o leque da diversidade do termo.

Neste sentido, a lesbianidade não trata apenas das relações afetivo-sexuais, mas refere-se também às práticas sociais e de poder, as quais mulheres lésbicas vivenciam e, através dessas experiências, constroem as suas identidades. Ao lado disso, os saberes e identidades profissionais são também saberes sociais, e, desse modo, são afetados ao se somarem à orientação sexual das mulheres. Por mais que pareça óbvio e, parafraseando Antonio Nóvoa (2007), ao citar “1984 – O professor é uma pessoa”, de autoria de Ada Abraham, nunca será demais lembrar que a professora é uma mulher e a mulher é uma professora. As socializações para essas identidades se dão ao longo da vida e não apenas na primeira infância ou na formação inicial, de modo que se apresentam como faces de uma mesma moeda, sobretudo se considerarmos as relações de gênero vigentes, como dito desde a introdução do presente artigo.

Ainda, ao explorar o quadro conceitual da pesquisa, ressalta-se que entendemos como resistência, inicialmente, como no senso comum: a não aceitação da opressão. A busca por uma definição precisa do que queremos representar ao falar de resistência pode ser vista através dos quatorze subtipos de saberes docentes que nos foram narrados pelas professoras cocriadoras da tese e foram elaborados através das suas experiências.

Quanto ao conceito de “trajetórias de vida”, entendido a partir da autora Christine Delory-Momberger (2016), observamos o conjunto de experiências acumuladas que perpassam, situam e constituem as protagonistas entrevistadas, por meio de suas vivências, as quais, segundo a autora e no entender desta pesquisa, “imprimem ao sentimento de si próprio e de sua existência” (p. 138). Nesse sentido, o pesquisador Elizeu Clementino de Souza, professor da Universidade do Estado da Bahia, referência teórica no campo da educação e (auto)biografias, reforça o nosso entendimento sobre trajetórias de vida e pesquisa (auto)biográfica.

O pesquisador considera que as entrevistas narrativas questionam os sentidos de vivências e aprendizagens, das trajetórias pessoais e das incursões pelas instituições, ao entender as histórias pessoais como sendo produzidas no interior de práticas sociais institucionalizadas e por elas mediadas (2011). Ao lado do olhar que coloca a instituição como central, com o que concordamos, consideramos a observação de Delory-Momberger (2016), para quem toda experiência é singular, por mais idêntica que seja, pois, cada sujeito a vivencia de modo particular, a partir da sua formação cognitiva e social.



Diante desse diálogo aqui estabelecido entre Elizeu e Christine, compreendemos que as categorias sociais reproduzem não apenas padrões de sociabilidade, como também relações de poder e de opressão, a partir das suas caracterizações e representações coletivas. Ou seja, apesar das individualidades, experiências sociais específicas são vivenciadas por grupos identitários, como é o caso das trajetórias de professoras lésbicas que estudamos e compreendemos com a pesquisa. Diante disso, as narrativas de si, feitas pelas protagonistas para a pesquisadora, constituem a maneira privilegiada que utilizamos para a construção do saber que a pesquisa biográfica dispõe. Segundo a autora:

[...]a mediação privilegiada para acessar as modalidades singulares segundo as quais o sujeito biografa/biografiza suas experiências é, sem contestação, a atividade de linguageira, a fala que o sujeito tem sobre si mesmo. Dentre todas as formas do discurso (descriptivo, explicativo, argumentativo, avaliativo etc.), um lugar particular é reconhecido ao discurso narrativo, na medida em que o narrativo, pelas suas características específicas, é a forma de discurso que mantém a relação mais direta com a dimensão temporal da experiência e do agir humano (Delory-Momberger, 2016, p. 140-141).

Compreendendo que as falas de si são falas também representativas e que, em nosso caso, compõe a fala de um grupo identificável – professoras lésbicas –, o estudo destas é um dos modos que encontramos de compartilhar e disseminar práticas emancipatórias para trajetórias individuais e coletivas. No artigo “Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação”, publicado em 2018, Elizeu Clementino de Souza e Mariana Martins Meireles, ao realizarem levantamento de teses e dissertações feitas pelo Grupo de Pesquisa (Auto)biografia, Formação e História Oral (GRAFO), defendem a utilização das narrativas. Estas se colocam como possibilidade tanto de construção quanto de partilha de conhecimentos na área da Educação. Segundo o que é observado no texto:

[...] as pesquisas (auto)biográficas nascem e se articulam a partir de princípios da pesquisa qualitativa e da constituição de outros modos de ver/escutar/narrar a vida e as aprendizagens-experiências que se inscrevem nos domínios da formação de adultos, de professores em processos de formação inicial ou continuada, mas também das formas diversas que as narrativas têm assumido no cenário contemporâneo (Souza; Meireles, 2018, p. 285).

Assim, como o campo de estudo “vida de professoras e professores” é considerado heterogêneo, as fontes utilizadas pela pesquisa (auto)biográfica também o são. Elizeu e Mariana (2018) definem essas em dois tipos, os documentos pessoais e as entrevistas biográficas. No primeiro tipo, encontram-se (auto)biografias, diários, cartas, fotografias e objetos pessoais. No segundo, estão as fontes orais ou escritas, sendo este último tipo, a partir da oralidade, a escolha que fizemos para coletar nossas fontes primárias.



Metodologia

Optamos por realizar a nossa pesquisa com professoras lésbicas da região Nordeste, por conta de o pertencimento de uma das autoras do presente artigo ser oriunda dessa região e por compreendermos também que as construções identitárias regionais conferem à autora singularidades em relação às outras regiões do país. Nas palavras de Durval Muniz de Albuquerque Jr., o nordestino: “será definido, acima de tudo, como uma reserva de virilidade, um tipo masculino, um macho, exacerbado, que luta contra as mudanças sociais que estariam levando à feminização da sociedade” (2003, p. 209). Nesse sentido, pode ser ratificado na região Nordeste, de maneira exacerbada, o ódio às mulheres lésbicas, especialmente por estas não se submeterem às normas heterossexuais.

Estabelecemos quatro recortes específicos na escolha das protagonistas da pesquisa. São eles: ser professora lésbica assumida em seu local de trabalho; o tempo experencial no exercício da função docente; nível de ensino; regionalidade. Em relação ao nosso primeiro recorte de pesquisa, e a partir das nossas experiências individuais, entendemos que o ato de uma mulher/docente se declarar lésbica na escola em que atua altera o modo de convivência com os pares e com o público que acessa esse ambiente. “Sair do armário”, não encenar a heterossexualidade no trabalho, é um ato que requer cuidados, convenções e coragem, mas que também pode ser libertador e fortalecedor.

No segundo recorte para a escolha das personagens – o tempo de experiência na profissão –, decidimos separá-las em três grupos, são eles: 1) professoras com 1 até 5 anos de experiência; 2) professoras com 5 até 15 anos de experiência; 3) professoras com 15 ou mais anos de experiência. A partir desse recorte, decidimos estabelecer também que procuraríamos três professoras que correspondessem às características desses três grupos, desse modo. Essa escolha temporal se deve por compreender, a partir da literatura acadêmica na área, que existem fases na carreira docente marcadas por características temporais.

Por exemplo, professoras que se encontram no primeiro grupo vivenciam provavelmente a fase identificada como “descoberta e exploração da profissão”, que se traduz em experiências específicas. Assim como professoras que estão perto de se aposentarem podem vivenciar a fase identificada por Huberman (2007), como a de “desinvestimento” ou “serenidade e distanciamento afetivo”. Sendo a primeira fase marcada por um menor investimento no trabalho e uma maior dedicação à vida pessoal, e a segunda fase por uma menor preocupação com que os pares e a gestão escolar irão julgar sobre as suas práticas profissionais (Tardif, 2002; Huberman, 2007).



Escolhemos a educação básica como nível de ensino. Esta, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96, passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Médio. Essa escolha foi motivada pelas características que essas modalidades possuem, como uma maior aproximação familiar nos espaços educativos, o contato pessoal e profissional mais presente na relação professora – aluna e aluno e a precarização dos vínculos profissionais e, além disso, pelo entendimento de que há um silenciamento maior em relação à orientação sexual dessas docentes em comparação com as que atuam no ensino superior.

Fizemos o uso do método conhecido como “Bola de Neve” para localizar as protagonistas da pesquisa. Esse método, segundo Juliana Vinuto (2014, p. 203), consiste em “uma amostra probabilística inicial”, a qual, a partir das “sementes”, nome dado aos primeiros contatos, nos ajudará a “tatear o grupo a ser pesquisado” (Vinuto, 2014, p. 203). Importa ressaltar que a amostragem em Bola de Neve não é um método autônomo, no qual a partir do momento em que as sementes indicam nomes, a rede de entrevistados/as/es aumenta por si mesma. Isso ocorre pelos mais variados motivos, sendo um deles o fato de os entrevistados/as/es não serem procurados/as/es ao acaso, mas a partir de características específicas que devem ser verificadas a cada momento (Vinuto, 2014, p. 205). Nesse sentido, dois elementos merecem destaque, ao dialogarmos sobre metodologia de pesquisa. São aqueles que não são usualmente destacados nos artigos advindos de teses e dissertações, assim como não são ressaltados nem mesmo nos relatos de pesquisa originais. Estamos nos referindo a dois aspectos que delinearam nosso campo de pesquisa, como régua e compasso, respectivamente, a saber: o dilema do anonimato e a importância dos movimentos sociais.

Das setes entrevistas realizadas pessoalmente e gravadas em áudio com o aparelho de celular, apenas uma professora solicitou que não fosse divulgada a sua identidade, o que é compreensível tanto quanto as demais terem desejado e permitido ter seus nomes divulgados. Trata-se, afinal, de uma pesquisa que envolve visibilidade lésbica no ambiente de trabalho, e tal informação, vivência e enunciação, que gera preconceitos e dificuldades, ser percebida também como resistência, sendo esta um saber docente até então desconhecido, o qual é revelado em nossa pesquisa, a partir das narrativas de campo. Diante dessa conjuntura, mesmo com a permissão de seis docentes à divulgação de seus nomes e com acordo de uso de codinome para a docente que não desejava ter o nome divulgado, o Comitê de Ética não aceitou que no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido cons-



tasse essa possibilidade. Após idas e vindas desse documento para a reunião mensal do Comitê, assim como variadas argumentações, tivemos de atender às resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Estas regulamentam padrões de sigilo das identidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Como dito, a pesquisa buscava visibilizar as trajetórias de professoras lésbicas na educação básica. O nosso desejo – assim como o sentir e querer da maioria delas – seria divulgar seus nomes e, em alguns casos, os seus locais de atuação, por entender que elas não são nossos “objetos de análise” ou “sujeitos da pesquisa”, como é comum serem chamadas as pessoas que participam de estudos científicos, mas sim, se perceberem e serem as protagonistas da investigação e cocriadoras dos conhecimentos partilhados pela voz delas em publicações de artigos futuros, bem como de um livro em elaboração. Assim, pelos motivos já mencionados, utilizamos de nomes fictícios e representativos que elas nos forneceram.

Diante desse dilema, compartilhamos da crítica que Elizeu Souza e Mariana Meirelles fazem, ao defenderem que as fontes (auto)biográficas extrapolam “os traços rígidos, fechados e quantificáveis da ciência moderna” (2018, p. 287). As narrativas e as vozes dos sujeitos de pesquisa ainda enfrentam entraves e disputas para não se deixarem silenciar. Ao mesmo tempo, reconhecemos que enunciar, descrever e analisar tais processos científicos e dinâmicas de produção de conhecimento amplia e potencializa as transformações promovidas pelo modo de fazer Ciência que nós, feministas, lésbicas, pesquisadoras e professoras imprimimos no interior do campo da pesquisa qualitativa em Educação.

Desta maneira, as contribuições das narrativas (auto)biográficas, advindas principalmente das teorizações feitas por Christine Delory Momberger (2016) e Elizeu Clementino de Souza (2006), nos forneceram importantes compreensões e ferramentas para os resultados encontrados e expostos. A autora e o autor citados criaram condições para reconhecermos os saberes docentes como resistência, a partir das narrativas das professoras sobre suas trajetórias de vida.

Quanto à importância dos movimentos sociais, ao utilizar o método Bola de Neve, foram de fundamental importância a nossa participação engajada, ativismos e militância, sobretudo nos Movimentos Feminista e LGBTQIAPN+¹. A existência dos movimentos permitiria o encontro das protagonistas, mas sermos mulheres lésbicas feministas e professoras, de modos tão iguais quanto diversos dos das protagonistas, nos possibilitou encontro, diálogo, afetiva afinidade e tessitura de redes, assim como fortalecimento de vínculos no interior dos citados movimentos.

¹ Utilizamos a sigla LGBTQIAPN+ que abrange Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queers, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-Binárias e “mais” para nos referirmos às questões que envolvem orientações sexuais e expressões de identidades de gênero.



Nesse sentido, os movimentos sociais de mulheres lésbicas, feministas, negras, transsexuais, bissexuais e travestis são educadores, formadores e nos fortaleceram de variados modos, desde os contatos, os conhecimentos, os acolhimentos, as tensões existentes, os encontros possíveis. No fluxo dessas dinâmicas, o presente artigo é resultado de variados caminhos que foram sendo atravessados nos fios da militância, do estudo, das paixões e dos afetos que movem a vida ela mesma, de modo que este texto é retrato também de parte da vida de quem o escreve e, possivelmente, de quem o lê.

Resultados

Como já suscitado em algumas partes deste trabalho, os nossos objetivos de pesquisa foram alcançados. Conseguimos, através das trajetórias de vida que nos foram narradas, localizar diferentes saberes docentes especificamente advindos das lesbianidades e, por conseguinte, reconhecê-los como resistência pautada nas especificidades das professoras lésbicas. Trata-se de um modo distintivo que essas professoras construíram, ao levarem para o trabalho seus corpos, seus desejos e seus afetos, posto que não seria mesmo possível manter a mulher escondida atrás da professora, ou a professora não subsumiria, de todo modo, a mulher, como se a tríade mulher-mãe-professora (Auad, 2004) fosse uma regra, ao invés de uma análise crítica de representações que precisam ser modificadas. Através das experiências de vida e do exercício da profissão docente narrados pelas protagonistas, esses conhecimentos foram incorporados em suas atividades laborais e podem ser utilizados por tantas outras professoras lésbicas do país, assim como podem ser debatidos e incluídos na formação docente. São aspectos curriculares até então ocultos, os quais passam a ser apreendidos, posto que percebidos, narrados e analisados pelas autoras e protagonistas do presente artigo, tanto em espaços não escolares quanto em releituras da formação docente e das práticas pedagógicas e escolares.

Apresentamos, a partir da tomada da obra de Eve Sedgwick como referência, duas maneiras sobre de que modo o armário, definido pela teórica como a maior estrutura de opressão gay do século XX (2006), pode ser exposto ou imposto. Construímos dois conceitos e duas correlatas definições. O primeiro, *armário exposto*, sendo utilizado quando a pessoa, ao se distanciar dos padrões de gênero que são impostos e ao se assemelhar com o que se é esperado pela identidade de gênero oposta, é apontada como homossexual, em uma relação direta e causal entre gênero e sexualidade. Já o segundo, *armário imposto*, corresponde à imposição de um retorno a uma aparente heterossexualidade, mesmo após



o ato de ter se assumido como não heterossexual, em variados espaços institucionais e situações da vida cotidiana.

Nesses meandros das distintas formas de existir e resistir, vistas como um ato de se contrapor às opressões, em que viver é lutar, localizamos saberes docentes específicos que as sete protagonistas nos informaram em suas entrevistas.

O primeiro dos três saberes docentes específicos que são resistências distintivas das mulheres docentes lésbicas se refere às formas de resistência em relação aos docentes que cometem discriminações e violências, seja em relação a elas, aos discentes e, ainda, possivelmente a quem acessa as escolas que estes e estas atuam. São violências que se manifestam de diferentes modos, desde comentários na sala dos professores/as, ou em grupos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, gerando o silenciamento, a rejeição e/ou a falta de engajamento às pautas sociais ligadas às questões de orientação sexual, feminismos e relações de gênero.

O segundo saber docente que se refere à resistência das professoras lésbicas remonta às políticas de acolhimento a estudantes LGBTQIAPN+, manifestado através de cuidados, escuta, defesa, políticas de ações afirmativas e encaminhamentos para escolas que serão trabalhadas as questões de gênero e de orientação sexual. Trata-se de conhecimento que pode ser utilizado em todos os níveis e modalidades de ensino, ao se voltar para a manutenção de acesso e permanência das populações que demandam ações afirmativas, justiça social e educativa para ingressarem e se manterem em todos os níveis e modalidades de ensino. Cumpre destacar que igualdade já não é o bastante, diante do que aqui se coloca como necessidade para a democratização de saberes e da educação como direito. Importa, a partir das narrativas coletadas, que se construa justiça e equidade, posto que igualdade já se coloca como figura vazia, algo a ser sentido como slogan.

O terceiro dos três saberes docentes específicos, como resistências distintivas nas narrativas das mulheres docentes lésbicas, corresponde às estratégias em sala de aula e nas escolas para tratar das questões de gênero e orientação sexual. Assim, as professoras buscam, através de projetos educativos, dos conteúdos disciplinares e das posturas pedagógicas, formas de abordar esses temas, mesmo que estes estejam sendo proibidos, criminalizados e atacados de variadas formas nos últimos anos em nosso país, de modo inconstitucional, como já dito e comprovado em pesquisas (Auad; Silva; Roseno, 2019).

Outros tantos saberes docentes estão apresentados ao longo do texto da tese e do livro citados na Introdução, sendo o presente artigo um convite à leitura, como já dito. Os escritos, a partir de uma base referencial teórica, são consolidados na Academia e tecem



uma rede de conhecimento, cujos fios se encontram entre os campos de estudo das Narrativas (Auto)biográficas, dos Feminismos, da Educação e Gênero e dos Movimentos Sociais e Lesbianidades. Assim, entendemos que o conjunto de saberes aqui consubstanciados também contribui para a ampliação e aprofundamento dos estudos sobre Saberes Docentes e Trajetórias de Vida de Professoras, todas as professoras e professores, não apenas as muitas que são lésbicas.

Considerações finais

Acreditamos que algumas lacunas podem ter existido na pesquisa realizada, o que é comum e aceitável, pois sempre teremos muito mais a coletar e analisar sobre este tema, tão antigo quanto inédito. De um modo ou de outro, vale lembrar que os objetivos definidos foram norteadores para o fechamento de um primeiro momento desse processo investigativo, o qual foi concluído com sabor de desejo realizado e com consciência de saberes acumulados, seja para nós, seja para as que são nossas contemporâneas, seja para as que vierem depois de nós. Desse modo, esperamos que este texto, as trajetórias das professoras e seus saberes docentes como resistência possam fazer parte de inspiradores debates, novos estudos e saberes ainda não descobertos, além de encontrar pessoas que precisem de referências para continuar a lida diária de ser professora lésbica nos diferentes sistemas de ensino desse vasto, rico, sofrido e esperançoso país.

Para muitas de nós, o processo de descoberta da lesbianidade tem diversos pontos em comum, seja nas narrativas que ouvimos, seja nas nossas também. Como já afirmamos, entre as aproximações das narrativas estão os trânsitos territoriais, estes sendo uma compreensão possível a partir do diálogo com o artigo “Topografias Feministas: uma teoria das mulheres em movimento” (2021), escrito por Daniela Auad e Cláudia Regina Lahni, publicado no dossiê “Feminismos e Lesbianidades em Movimento: a visibilidade como lugar”, publicado na Revista de Estudos Feministas. E aqui registramos mais um convite à leitura contido no presente artigo.

No sentido da análise dos “trânsitos territoriais” ora nomeados, as autoras destacam o conceito de “topografias feministas”, como:

[...]uma teoria das mulheres que não se localizam e não são localizadas, essa contra cartografia – na melhor inspiração da canção em que se entoa “você não me pega, você nem chega a me ver” – não nega o território, as origens, as ancestralidades, as geolocalizações, as naturalidades, antes, as ressignifica como elementos politicamente contextualizados em trânsitos, andanças e caminhos de mulheres que, ao existirem em suas espacialidades, promovem justiças epistêmicas e acadêmicas (Auad; Lahni, 2021, p. 02).



Desse modo, a partir da abordagem acima, é possível afirmar que as mulheres lésbicas constroem diversos trânsitos territoriais para buscar, conhecer, identificar, vivenciar e ter a liberdade de ter as primeiras experiências lésbicas, assim como para viver com a maior liberdade que lhes for possível. A expressão “trânsitos territoriais”, também cunhada nesse sentido por nós, expressa a potencialidade dos desdobramentos da definição do conceito de “topografias feministas”, a partir do qual podem surgir variadas figuras que simbolizam a dinâmica das interações e socializações das e entre as mulheres lésbicas. Tal quadro conceitual pode ofertar fortalecimento e fundamento teórico para ações diretas contra a lesbofobia e a misoginia nos espaços educativos e em outros variados lócus.

Talvez uma sociedade com mais equidade para as mulheres lésbicas, com mais justiça social, não seja algo tão distante, muito menos seja um andar a esmo, indo ao encontro de algo de modo espontâneo. Ao contrário, os direitos das mulheres lésbicas compõem uma importante frente, um certeiro caminho contra a misoginia e, portanto, correspondem ao fortalecimento para cada uma das mulheres, incluindo as heterossexuais, bissexuais e todas as pessoas que são percebidas como dissidentes em se tratando de suas sexualidades e identidades, ou seja, as lésbicas e também as pessoas transexuais, não binárias e as travestis. Por essa razão, mencionamos trânsitos territoriais em caminhos possíveis, abertos a partir da crítica à heteronormatividade e rejeição à estética *topzera* (Andrade, 2020, p. 43) do padrão patriarcal. São trânsitos territoriais que importam mais do que os caminhos ou pontos de chegada, pois neles se encontram diferentes sujeitos/as/es, os quais podem se constituir a partir de topografias feministas. Nesse sentido, nós destacamos que não se trata apenas de um movimento de deslocamento geográfico através do qual buscamos as narrativas de pesquisa, vida e formação, mas lugares não mapeáveis, nos quais se configuram nossas subjetividades, ora em refúgio das afetividades, ora em migrações das paixões, ora em ocupações dos sentimentos e sensações.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino, uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste 1920 1940)**. Maceió: Catavento, 2003.

AHMED, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo, UBU, 2022.

ANDRADE, Thamires. **Meus melhores poemas eu não escrevi e esqueci**. São Paulo, Editora Patuá, 2020.



APPLE, Michael W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia R; ROSENO, Camila. **Saberes Docentes Fora do Armário**: educação como território de resistência. Rio de Janeiro, Nau, 2022.

AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia R. Topografias feministas: uma teoria das mulheres em movimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021.

AUAD, Daniela. Caminhos entrelaçados: Feminismos e Lesbianidades na Pesquisa em Educação. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 3, 2021.

AUAD, Daniela; SILVA, Janaina G. F.; ROSENO, Camila. **Gênero na Educação Básica Brasileira**: a inconstitucionalidade de projetos proibitivos. ETD – Educação Temática Digital, Campinas – SP, v. 21, n. 3, p. 568-586, jul./set. 2019.

AUAD, Daniela; ROSENO, Camila. Formação docente em universidades públicas do Nordeste: gênero como resistência democrática nos currículos. **Práxis Educacional**, v. 15, n. 35, p. 273-292, 2019.

AUAD, Daniela. **Relações de gênero nas práticas escolares**: da escola mista ao ideal de coeducação. São Paulo: FEUSP, FAPESP, Tese de Doutorado, 2004.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e Educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, 64, p. 4-13, 1988.

CARVALHO, Marília P. de. **No coração da sala de aula**: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã, 1999.

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) biográfica**. Salvador, v. 01, n. 01, p. 133-147, jan./abr. 2016.

FALQUET, Jules. **Breve resenha de algumas teorias lésbicas**. Herética edições lésbicas e feministas independentes. Buenos Aires, 2013.

FALQUET, Jules. Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**. Ano VI, n.5, dez. 2012.

FREITAS, Tatiana Carvalho De. **Professoras lésbicas na educação básica de São Paulo**: rupturas e construção de visibilidades. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo, FEUSP, 2018.

HARAWAY, Donna. **Reinvenção da Natureza**: símios, ciborgues e mulheres. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 2023.

HOOKS, bell. **Pertencimento**: uma cultura do lugar. São Paulo, Elefante, 2022.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo, Elefante, 2021.



HUBERMAN, Michael. O ciclo de vida profissional dos professores. In: **Vida de Professores**. (Org.) NÓVOA, António. Porto Editora: Porto – Portugal, p. 32-61, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica**. 2017. Brasília: Inep, 2018.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira L. Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: UFRGS, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1998.

LOURO, Guacira L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MACIEL, Patrícia Daniela. **Lésbicas e professoras**: modos de viver o gênero na docência. Doutorado em Educação. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, Capão do Leão Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Campus das Ciências Sociais, 2014.

MEIRELES, Ariane Celestino. **Políticas Públicas sobre diversidade sexual na educação e vivências pedagógicas de professoras lésbicas na escola**: notas sobre a cidade de Vitória. Mestrado em Política Social. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA, 2012.

NÓVOA, António. Os professores e as histórias da sua vida. In: **Vida de Professores**. (Org.) NÓVOA, António. Porto Editora: Porto – Portugal, p. 11-25, 2007.

NÓVOA, António. **Os professores**: Quem são? Donde vêm? Para onde vão? Lisboa: ISEF, 1989.

NOVO, Arthur Leonardo Costa. **O Armário na escola**: regimes de visibilidade de professoras lésbicas e gays. Mestrado em Antropologia Social. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU UFSC, 2015.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**: Porto Alegre, n. 05, p.17-44, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal e mulher: um balanço parcial. In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 151-182, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: FCC, n. 80, p. 62-74, 1992.

ROSEMBERG, Fúlvia; PIZA, Edith; MONTENEGRO, Thereza. **Mulher e educação formal no Brasil**: estado da arte e bibliografia. Brasília: Inep; Reduc, 1990.



ROSENO, Camila dos P. **Trajetórias de professoras lésbicas na educação básica: saberes docentes como resistência.** Juiz de Fora, Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Tese de Doutorado, 2022.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, Junho. 2007.

SOUZA, Elizeu C. de. **O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SOUZA, Elizeu C. de. Territórios das escritas do eu: pensar a profissão – narrar a vida. **Educação**: Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 213-220, 2011.

SOUZA, Elizeu C. de.; MEIRELES, Mariana M. de. Olhar, escutar e sentir: modos de pesquisar-narrar em educação. **Educação e Cultura Contemporânea**. V. 15, n. 39, 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações.** Brasília, DF: Abaré. p. 159-180, 2013.

VIANNA, Claudia Pereira. **Os nós do nós:** crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

VIANNA, Claudia Pereira. Entre o desencanto e a paixão: desafio para o magistério. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Horizontes plurais: novos estudos de gênero no Brasil.** São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 34, p. 315-342, 1998.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, 22, (44): 203-220, ago./dez. 2014.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hétero.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

Agradecimentos

Às integrantes do **Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Feminismos**, cujo nome (anti)social é Flores Raras (FAE-UFJF/CNPq).

Às colegas professoras e pesquisadoras da **Universidade Federal de São Carlos**, que apoiam as nossas pesquisas, as nossas publicações, e que constroem conosco o projeto **Mulheres Públicas, Mulheres Que Publicam**.



Às professoras da Educação Básica que falaram de si e para aquelas que não puderam falar de si.

Ao PPGEd-So / UFSCar, Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, campus de Sorocaba, que concedeu auxílio financeiro, com recursos do Programa de Apoio à Pós-Graduação e do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PROAP/PNPD), destinados para o pagamento dos serviços de nossa revisora **Eliane da Silva**, a quem também agradecemos o diálogo qualificado, como nossa primeira leitora.

Recebido em: 14/10/2023

Aceito em: 15/01/2024